

**TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA**

1. De acordo com o Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC, a lanterna é considerada equipamento indispensável ao serviço policial militar, seja durante o dia ou à noite. Sobre o uso da lanterna, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O policial militar deverá tomar cuidado para não denunciar a posição dos demais integrantes da guarnição, expondo suas silhuetas à luz da lanterna.
  - Em situações de baixa luminosidade, a lanterna deverá permanecer ligada durante toda a abordagem para que o policial militar possa encontrar o caminho no escuro.
  - Ao acionar a lanterna, o policial militar deverá movimentar-se, mudando de posição e direção, evitando tornar-se um alvo estático.
  - Nas abordagens, o Policial Militar deverá dirigir o foco da lanterna para os olhos do suspeito, objetivando cegá-lo temporariamente, facilitando a abordagem.
  - O uso de “Apontadores Laser” não é recomendado para ações em baixa luminosidade, pois sua única função será a de demarcar o ponto do impacto do tiro, sem fazer a identificação do alvo, como ocorre com a lanterna.
2. De acordo com o Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC, analise as proposições abaixo, relativas à abordagens por níveis, e assinale a alternativa **CORRETA**:
- A Abordagem Nível-I é empregada para intervir em comportamento incivilizado ou atitude suspeita.
  - A Abordagem Nível-II é empregada para averiguar fundada suspeita ou averiguação de rotina.
  - A Abordagem Nível-III é empregada para averiguar atitude ou fundada suspeita.
  - A abordagem Nível-III é empregada para interromper crime em andamento ou cumprir mandado de prisão.
  - A Abordagem Nível-I é empregada para intervir em comportamento incivilizado ou averiguação de rotina.
- III, IV e V estão corretas.
  - I, II, III, IV e V estão corretas.
  - I, II e IV estão corretas.
  - I, III e IV estão corretas.
  - II, IV e V estão corretas.
3. Conforme Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC, a abordagem em ônibus deverá ser rotina na PMSC, considerando que os crimes cometidos no interior de transportes coletivos são cada dia mais comuns. Analise as funções abaixo contidas nas proposições, relacione-as às missões delas decorrentes numa abordagem à ônibus, e assinale alternativa correspondente à sequência **CORRETA**.
- Selecionador.
  - Revistador.
  - Motorista da Viatura.
  - Segurança de Vanguarda.
  - Segurança de Retaguarda.
- Faz a segurança da área externa, na parte a frente do ônibus.
  - É o responsável pela segurança da Vtr PM, fica na escuta do rádio, anota mensagens e faz as checagens necessárias junto ao Centro de Operações.
  - É o responsável pela triagem dos veículos a ser abordados. Após parar o veículo, acompanhará o Cmt Gu PM na abordagem do ônibus.
  - Faz a segurança na parte de trás do veículo, tanto interna, no início da abordagem - quando o Comandante da Guarnição PM adentrar ao ônibus, quanto na área externa, posteriormente, depois do desembarque dos passageiros.
  - Possui a missão de fazer a busca pessoal nos passageiros e no interior do ônibus.
- Resposta:
- I-3, II-5, III-2, IV-4, V-1
  - I-3, II-2, III-5, IV-1, V-4
  - I-3, II-2, III-5, IV-4, V-1
  - I-3, II-5, III-2, IV-1, V-4
  - I-5, II-3, III-2, IV-1, V-4
4. O Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC ensina que a varredura é uma busca que visa identificar e dominar visualmente um determinado ambiente, a fim de manter o seu controle, quando a observação direta não é suficiente ou a situação é considerada de alto risco. Assim sendo, analise as proposições abaixo sobre as técnicas de varredura e assinale a alternativa **CORRETA**:
- A Tomada de ângulo consiste em abrir seu campo visual, mantendo-se próximo da proteção (abrigo), até um metro e meio aproximadamente, porém evitando o “Efeito Imã”, isto fará com que domine a área não visualizada mantendo a proteção. Quanto maior seu ângulo de abertura, maior a percepção sem perder a proteção.
  - A Rápida Olhada é a técnica utilizada quando não for possível fazer a tomada de ângulo. Consiste em uma rápida jogada de cabeça para o interior do local a ser varrido, retornando imediatamente para o local de proteção. A arma empunhada acompanha o movimento da cabeça, pronta para emprego, se necessário, observada a técnica do terceiro olho.
  - A Rápida Olhada é a técnica utilizada quando não for possível fazer a tomada de ângulo. Consiste em apoiar a mão fraca na proteção e dar uma rápida jogada de cabeça para o interior do local a ser varrido, retornando imediatamente para o local de proteção. A arma empunhada na mão forte acompanha o movimento da cabeça.
  - O uso de Espelhos consiste em usar um pequeno espelho fixado em uma haste. É ideal para situações de alto risco, como observar no interior de móveis, buracos, sótão e outros locais elevados.
  - A Tomada de ângulo consiste em abrir seu campo visual, mantendo-se próximo da proteção (abrigo), até um metro e meio aproximadamente, porém evitando o “Efeito Imã”, isto fará com que domine a área não visualizada mantendo a proteção. Quanto mais próximo do abrigo, maior a percepção sem perder a proteção. A cobertura (gorro do Policial Militar) não deverá ser preocupação primordial, pois não denunciará a presença do policial.
- I, III e IV estão corretas.
  - III, IV e V estão corretas.
  - I, II, III, IV e V estão corretas.
  - II, IV e V estão corretas.
  - I, II e IV estão corretas.

5. Os Combates em Ambientes Fechados, conhecidos internacionalmente pela sigla CQB (Close Quarter Battle), constantes no Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC, correspondem a um conjunto de técnicas que permitem aos policiais militares a progressão em edificações ou ambientes confinados com o máximo de segurança. Na ação de busca e localização de delinquentes, em áreas internas de uma edificação, são inúmeras as desvantagens dos policiais em relação aos marginais. Assim sendo, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às características dos Combates em Ambientes Fechados:
- Os espaços dos cômodos normalmente são pequenos.
  - As coberturas existentes são mínimas.
  - Nem sempre há disponibilidade de iluminação.
  - O criminoso pode eleger um local estratégico para efetivar uma emboscada.
  - O policial militar deve adotar uma postura defensiva mantendo sua arma apontada para o alto ou para baixo.
6. O Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC prevê procedimentos operacionais individuais para o policiamento ostensivo motorizado. Desse modo, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- O 1º Homem é o comandante da guarnição PM e possui amplo campo de visão à frente e lateral direita da viatura, buscando olhar bem à frente para depois ir aproximando o campo visual (estabelecimentos comerciais, transeuntes, veículos à direita etc.).
  - O 2º Homem é o motorista da viatura PM e quem efetua o acionamento da sirene e giroflex. É também quem opera o rádio da viatura PM.
  - O 1º Homem, motorista da viatura PM, faz uso dos espelhos retrovisores externos e internos para auxiliar no patrulhamento da retaguarda.
  - No Policiamento Ostensivo Motorizado, o campo de visão do 2º Homem é à frente e à esquerda (principalmente veículos que trafegam no contra-fluxo).
- II e IV estão corretas.
  - I, II e IV estão corretas.
  - II, III e IV estão corretas.
  - I e IV estão corretas.
  - I e II estão corretas.
7. Segundo o Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC o uso de proteções, abrigos e coberturas, é essencial para garantir a sobrevivência do policial militar em serviço. Trocas de tiros com marginais sem o uso de proteções podem significar a morte ou grave ferimento, por isso devemos observar objetos, construções, acidentes do terreno que podem garantir abrigo ou cobertura dos disparos de oponentes. Sobre abrigos e coberturas, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- Abrigo é todo elemento no cenário da ocorrência que lhe ofereça proteção balística contra disparos.
  - Para evitar o Efeito Imã ao se abrigar, o policial deve levar em conta a posição do oponente. Principalmente quando este se encontra em um nível superior, o posicionamento do policial atrás de um abrigo pode criar uma falsa sensação de segurança.
- Algumas partes do veículo/viatura podem servir como abrigo, tais como: o posicionamento atrás do veículo ou atrás das portas, ao lado do veículo atrás do bloco do motor e no interior do veículo atrás da coluna ou do motor.
  - Nas edificações o uso de paredes, muros e postes podem servir como um abrigo adequado, mas isso depende da análise do material utilizado na construção (madeira, alvenaria, concreto, bloco de pedras) e do posicionamento tático correto.
  - Sempre que o Policial Militar buscar um abrigo, é imprescindível observar o calibre e projétil utilizado pelo oponente, pois isso poderá interferir nas suas escolhas de proteção.
- I, II e V estão corretas.
  - I, III, IV e V estão corretas.
  - I, IV e V estão corretas.
  - II, III e V estão corretas.
  - I, II, IV e V estão corretas.
8. A abordagem, segundo o Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC, é a ação policial de atuar em uma situação que exija intervenção policial, aproximando-se, interpellando, identificando e procedendo a busca de um ou mais cidadãos, que pode resultar na prisão, advertência ou orientação das pessoas envolvidas. Sobre os princípios da abordagem assinale a alternativa **CORRETA**:
- A ação vigorosa ocorre quando os policiais militares realizam a abordagem com agressividade e alcançam a submissão dos abordados.
  - A rapidez é baseada na aproximação ostensiva, sem tomadas de ângulos e desencadeamento ordenado das ações de abordagem.
  - A segurança dos Policiais Militares, de outras pessoas no local e das próprias pessoas abordadas é obtida pela avaliação e planejamento correto visando a superioridade técnica, de armamento ou mesmo de pessoas.
  - Na unidade de comando todos policiais da ocorrência deverão orientar as ações da guarnição e a verbalização aos cidadãos, a fim de promover a dificuldade de compreensão dos abordados.
  - A surpresa é resultado da flexibilidade e disposição para o uso de tecnologias de menor potencial ofensivo estimulando possíveis tentativas de reação por parte do cidadão abordado.

**DOCUMENTOS OPERACIONAIS**

9. Considerando a Diretriz de procedimento permanente nº 037/Cmt G, o Cadernos de Estudos de Documentos Operacionais e o Decreto 660/07 SC, assinale a alternativa **CORRETA**:

- Quanto à circulação de pessoas nas ocorrências, é considerado um local com “pouca movimentação”, os locais em que permanentemente há uma circulação de no mínimo dez pessoas no local.
- Documentos correlatos deverão ser lavrados apenas em ocorrências finalizadas com BO-TC, ou seja, em casos de crimes de menor potencial ofensivo.
- Após ser elaborado o BO-TC, o mesmo deve ser encaminhado, no primeiro dia útil seguinte, sempre para a Delegacia de Polícia da área.
- A Diretriz no. 037/CmdoG/2015, em razão da sua complexidade, é um documento consultivo, que funciona praticamente como um manual de preenchimento dos Boletins de Ocorrência da PMSC, nela estão expressos os conceitos fundamentais, o significado de cada item que esta contido nos formulários e os procedimentos de persecução dos documentos operacionais PMSC.
- Em hipótese nenhuma, serão lavrados documentos correlatos em ocorrências finalizadas com BO-PA.

10. De acordo com o POP nº 304.21 - Acidentes de Trânsito, POP nº 304.19 - Atendimento de ocorrência de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, POP nº 304.11 Atendimento de ocorrência de dano, POP nº 305.6 - Lavratura de BO-AT, com a Diretriz de Procedimento Permanente nº 037/2015/Cmdo G, e com o Caderno de Estudos de Documentos Operacionais, analise a situação hipotética abaixo e assinale alternativa **CORRETA**:

Sua guarnição é acionada para atender uma ocorrência de acidente de trânsito na qual o condutor é um rapaz de vinte anos, devidamente habilitado para conduzir o seu veículo, um Corcel verde, licenciado e registrado em seu nome. O condutor afirmou aos policiais militares que acabou se distraíndo ao olhar para um helicóptero em pouso em um campo ao lado da rodovia e atingiu com seu automóvel o muro de uma casa, causando vários danos. Apenas o condutor ficou ferido com escoriações leves no braço, sendo atendido no pelo Corpo de Bombeiros que atestou desnecessidade de conduzi-lo ao hospital. Além disso, ele não apresentava nenhum sinal ou sintoma de embriaguez. A Dona da residência afirma que deseja que o condutor do veículo seja responsabilizado pelos danos provocados no muro.

- A guarnição deverá lavrar um BOAT e não expedir nenhum documento correlato.
- A guarnição deverá lavrar um BO-TC pelo crime de dano simples provocado no muro, expedindo a Requisição para Exame de corpo delito direto de Dano.
- A guarnição deverá lavrar um BOAT e expedir a Requisição para Exame de corpo delito direto de Lesão Corporal.
- A guarnição deverá lavrar um BOAT-TC, uma vez que, além do acidente de trânsito houve o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- A guarnição deverá lavrar um BOAT-TC, uma vez que, além do acidente de trânsito houve o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e o crime de dano simples.

11. De acordo com o POP nº 304.13 - Atendimento de ocorrência de perturbação do trabalho ou sossego alheios, Caderno de Estudos de Documentos Operacionais e Diretriz de Procedimento Permanente n.º 037/2015/Cmdo G, analise a situação hipotética infra, as proposições a ela relacionadas e assinale a alternativa **CORRETA**:

Sua guarnição foi acionada para atender uma ocorrência de perturbação do trabalho e sossego alheios em que o autor foi identificado como João da Silva, 39 anos. No local, constatou-se que ele está sentado na varanda tocando sua guitarra ligada a uma caixa de som, em volume extremamente alto. Após tentar a mediação, João afirmou que não iria desligar o equipamento de som, uma vez que entende que o “som alto” só é proibido a partir das 22h. Ao ser dada voz de prisão, o autor afirma que não vai assinar o termo de compromisso de comparecimento em audiência.

- A guarnição deverá identificar as vítimas e solicitar a assinatura delas no termo de manifestação da vítima, uma vez que para que a contravenção seja concretizada é necessário que hajam ofendidos perturbados em seu sossego ou trabalho.
- Como o autor da perturbação NÃO quis assumir o compromisso de comparecer em juízo deverá ser conduzido, apreendido o equipamento de som utilizado para a prática da contravenção penal, e encaminhados à Delegacia de Polícia da área, mediante a lavratura de BO-PA.
- A guarnição deverá apreender o equipamento de som e a guitarra e, por se tratar de objeto lícito e com valor agregado, deverá obrigatoriamente lavrar o termo de apreensão no aplicativo ou em formulário de papel.
- Por se tratar de um crime de menor potencial ofensivo, deve ser finalizado com um BO-TC.
  - III e IV estão corretas.
  - I, III e IV estão corretas.
  - I, II e III estão corretas.
  - II e III estão corretas.
  - Somente II está correta.

12. De acordo com o Caderno de Estudos Documentos Operacionais e com a Diretriz de Procedimento Permanente n.º 037/2015/Cmdo G, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A Polícia Militar de Santa Catarina não lavra BO-TC nas ocorrências de menor potencial ofensivo em que o autor do fato é um Policial Militar, já que o Juizado Especial Criminal não é competente para julgar Militares Estaduais que cometem crimes ou contravenções.
- A Polícia Militar lavra BO-TC para Crimes Militares, desde que a pena não seja superior a dois anos.
- Ao autor do fato de um crime de menor potencial ofensivo que for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, sequer será dada voz de prisão.
- No relato da guarnição, o policial não deve emitir juízo de valor sobre o fato, uma vez que as impressões dos policiais pouco importam à decisão do magistrado, e pouca relevância tem para às audiências de instrução e julgamento.
  - II e IV estão corretas.
  - I e III estão corretas.
  - Apenas a IV está correta.
  - Apenas a III está correta.
  - I, II, III e IV estão incorretas.

13. De acordo com o Manual de Padronização de Procedimentos Operacionais da Polícia Militar de Santa Catarina, POP 305.3 - Lavratura de BO-COP, POP 304.4 – Atendimento de ocorrência de furto, com o Caderno de Estudos de Documentos Operacionais, e com a Diretriz de Procedimento Permanente n.º 037/2015/Comdo G, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) No caso de acidente de trânsito com vítimas em que o autor do fato fugiu do local e não foi mais encontrado, a modalidade correta de encerramento é o BO-COP para apurar o possível crime de lesão corporal culposa e omissão de socorro, por exemplo.
  - b) A Polícia Civil deve ser acionada para as ocorrências encerradas com BO-COP desde que haja vestígios. Portanto, não é necessário sequer acionar a Polícia Civil nas ocorrências crimes de mera conduta, como ameaça, calúnia ou injúria, por exemplo.
  - c) A PMSC não lavra documentos correlatos em ocorrências finalizadas com BO-COP.
  - d) Considere uma ocorrência de furto qualificado, na qual o autor fugiu do local e não foi mais encontrado. Antes de se evadir, o autor quebrou a janela da casa para poder adentrar, e de lá furtou um aparelho de televisão. Neste caso a guarnição deverá lavrar um BO-COP e expedir a Requisição para Exame de Corpo de Delito de Dano.
  - e) Nos BO-COP, a guarnição deverá assinalar e expedir, quando necessário, guia de requisição para exame de corpo de delito (DANO ou LESÃO CORPORAL), somente quando a infração penal for de menor potencial ofensivo e deixar vestígios frágeis e que a Polícia Civil não comparecer ao local.
14. Conforme o Cadernos de Estudos de Documentos Operacionais, e o POP 304.33 - Ocorrência envolvendo criança e/ou adolescente, analise a situação hipotética infra, as proposições a ela relacionadas e assinale a alternativa correspondente as ações **CORRETAS** a serem tomadas pela guarnição PM:
- Sua viatura é acionada para o atendimento de uma ocorrência de furto. Ao chegar no local, constata que se trata de um furto realizado por uma criança de 10 anos de idade que foi abordada pelo segurança da loja quando saía com um aparelho de telefone celular que estava sendo comercializado na loja.
- I. Reter a criança no local.
  - II. Acionar o Conselho Tutelar para comparecer ao local.
  - III. Entregar a criança na Delegacia de Polícia Especializada.
  - IV. Lavrar o BO-Outros.
- a) As proposições I e II compreendem ações corretas.
  - b) Todos as proposições compreendem ações corretas.
  - c) Apenas as proposições II e III compreendem ações corretas.
  - d) As proposições I, II e III compreendem ações corretas.
  - e) Apenas a proposição I é a ação correta.
15. De acordo com o Caderno de Estudos Documentos Operacionais, e com o POP 301.3 – Empenho de guarnição 190, com relação ao PMSC Mobile analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- I. Após o despachante empenhar uma guarnição Mobile em uma ocorrência, ela será encaminhada para o Tablet da guarnição, que terá até 1 (um) minuto para informar o J9 (deslocamento). Caso isso não ocorrer, o despachante receberá um alerta e deverá empenhar outra guarnição que estiver próxima à área de atendimento para que essa outra guarnição faça o atendimento da ocorrência.
  - II. Uma grande vantagem que a implantação do PMSC Mobile trouxe é que a maioria dos Boletins pode ser lavrada e impressa no local dos fatos pela guarnição que atender a ocorrência. Dentre as poucas situações em que isso não é possível, podemos destacar os casos em que o dispositivo fica sem acesso a internet, obrigando o encaminhamento dos envolvidos para uma Delegacia de Polícia Civil, para que lá seja lavrado o boletim.
  - III. Apesar das muitas vantagens, o PMSC Mobile apresenta algumas pequenas restrições, uma delas é que somente será possível lavrar boletins de ocorrência se o dispositivo estiver conectado a internet. Caso o policial necessitar lavrar um boletim de ocorrência em uma área que não possua cobertura de sinal de internet, deverá fazê-lo utilizando os formulários de papel.
  - IV. Através da funcionalidade “reportar problemas de ordem pública” situações como buracos na via, defeitos nas sinalizações de trânsito, questões atinentes a programas sociais ou Institucionais, entre outros, poderão ser reportados imediatamente pela Guarnição Policial Militar ao órgão competente, inclusive com o envio de fotos ou vídeos.
- a) I, II, III e IV estão incorretas.
  - b) I, II, III e IV estão corretas.
  - c) III e IV estão corretas.
  - d) Apenas a IV está correta.
  - e) I, II e IV estão corretas.

**DIREITOS HUMANOS**

16. Em conformidade aos ensinamentos do doutrinador Alexandre de Moraes, na obra Direitos Humanos Fundamentais, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- I. Os direitos fundamentais de primeira geração tratam dos direitos sociais e culturais, que exigem uma atuação positiva do Estado.
  - II. Os direitos fundamentais de segunda geração tratam dos direitos individuais, como a liberdade, exigindo atuação negativa do Estado, ou seja, menor interferência.
  - III. Os direitos fundamentais de terceira geração tratam dos chamados direitos de solidariedade ou fraternidade.
- a) Apenas a proposição III está correta.
  - b) As proposições II e III estão corretas.
  - c) As proposições I e III estão corretas.
  - d) As proposições I e II estão corretas.
  - e) As proposições I, II e III estão incorretas.
17. Com base na obra: Polícia Militar e Direitos humanos, de José Lauri Bueno de Jesus, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:
- I. Políticas de segurança pública não devem considerar apenas no combate ao crime, mas também na proteção, respeito e promoção dos direitos humanos.
  - II. A proteção dos direitos humanos visa, principalmente, o amparo ao cidadão contra ações abusivas do Estado.
  - III. No Brasil, a positivação dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988 garantiu sua efetividade na vida cotidiana.
- a) As proposições I e II estão corretas.
  - b) As proposições II e III estão corretas.
  - c) As proposições I, II e III estão corretas.
  - d) Apenas a proposição II está correta.
  - e) As proposições I e III estão corretas.
18. Considere as proposições abaixo em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a assinale a alternativa **CORRETA**:
- I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
  - II. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, sem, contudo, a este poder regressar.
  - III. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e superiores. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução fundamental, está baseada no mérito.
  - IV. Os pais não têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.
  - V. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- a) II, IV e V estão corretas.
  - b) I, IV e V estão corretas.
  - c) II, III e IV estão incorretas.
  - d) I, II e III estão corretas.
  - e) I, III e V estão incorretas.
19. Conforme o previsto no Procedimento Operacional Padrão (POP n° 304.5) referente ao atendimento da ocorrência de Lei Maria da Penha, assinale a assertiva **CORRETA**:
- a) Em se tratando de descumprimento de medida protetiva, se a ocorrência envolver apenas o descumprimento de medida protetiva ou a prática de qualquer outra infração penal, uma das medidas que se impõe é a lavratura BO-TC.
  - b) Em se tratando de descumprimento de medida protetiva, se a ocorrência envolver apenas o descumprimento de medida protetiva ou a prática de qualquer outra infração penal, uma das medidas que se impõe é a lavratura BO-OUTROS.
  - c) Caso seja infração que dependa de representação, e a ofendida não chamou a guarnição, demonstra-se segura em não representar contra o autor, verificar, em separado e em segurança, se a ofendida, realmente não deseja representar contra o autor e demonstrar-se segura e deixa claro que não quer representar contra o autor: uma das medidas que se impõe é a lavratura de BO-COP.
  - d) Caso seja infração que dependa de representação, e a ofendida não chamou a guarnição, demonstra-se segura em não representar contra o autor, verificar, em separado e em segurança, se a ofendida, realmente não deseja representar contra o autor e demonstrar-se amedrontada ou optar pela representação: uma das medidas que se impõe é a lavratura de BO-OUTROS, para investigação posterior.
  - e) Caso seja infração que dependa de representação, e a ofendida não chamou a guarnição, demonstra-se segura em não representar contra o autor, verificar, em separado e em segurança, se a ofendida, realmente não deseja representar contra o autor e demonstrar-se segura e deixa claro que não quer representar contra o autor, uma das medidas que se impõe é dar ciência a ofendida de que, mesmo manifestando o seu interesse em não exercer, naquele momento, o direito de representação, não mais será possível o exercício de tal direito no futuro.
20. Acerca das treze reflexões sobre polícia e direitos humanos, da obra Direito Humanos Coisa de Polícia, escrito por Ricardo Brisolla Balestreri, considere as afirmativas abaixo:
- I. Aproximar a polícia das ONGs que atuam com direitos humanos, e vice-versa, é tarefa que não se mostra imprescindível.
  - II. No Brasil, em momento posterior da história, a partir da rearticulação democrática, agregou-se a seus ativistas a pecha de “defensores de bandidos” e da impunidade.
  - III. Durante muitos anos, o tema “Direitos Humanos” foi considerado antagônico ao da Segurança Pública.
- a) I, II e III estão incorretas.
  - b) I e III estão corretas.
  - c) II e III estão corretas.
  - d) I, II e III estão corretas.
  - e) I e II estão corretas.

21. Com base no livro Direitos Humanos Fundamentais, de Alexandre de Moraes, e na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A Constituição Federal estabeleceu no inciso XIII do art. 5º o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei.
- b) Toda pessoa, física ou jurídica, tem direito à propriedade, podendo o ordenamento jurídico estabelecer suas modalidades de aquisição, perda, uso e limites. O direito de propriedade, constitucionalmente consagrado, garante que dela ninguém poderá ser privado arbitrariamente, pois somente a necessidade ou utilidade pública ou interesse social permitirão a desapropriação.
- c) O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, pois o seu asseguramento impõe-se, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos.
- d) Os direitos à intimidade e à própria imagem formam a proteção constitucional à vida privada, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas. A proteção constitucional refere-se, inclusive, à necessária proteção à própria imagem frente aos meios de comunicação em massa (televisão, rádio, jornais, revistas, etc.).
- e) A norma constitucional, ao prever a possibilidade de aplicação e execução da pena de trabalhos forçados, pretende, com a imposição dos labores aflictivos, a recuperação do apenado.

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL**

22. Considerando os crimes previstos na Lei nº 11.343/2006, assinale a **CORRETA**:

- a) O agente que oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem não comete crime.
- b) Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga não é uma conduta criminalmente tipificada.
- c) O crime de tráfico de drogas do artigo 33 da referida lei terá a pena aumentada se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos de ensino ou de sedes de entidades estudantis.
- d) Não é permitida à autoridade policial a destruição imediata de plantações ilícitas de substâncias entorpecentes antes da realização, no local, de laudo pericial definitivo, por perito oficial.
- e) Para configuração do crime de associação para fins de tráfico de drogas do art. 35 da Lei nº 11.343/2006 é necessária a estabilidade do vínculo entre três ou mais pessoas.

23. Conforme a Lei n.º 4.898/65, constitui abuso de autoridade, **EXCETO**:

- a) Atentar à liberdade de locomoção.
- b) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- c) Executar medida privativa da liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- d) Qualquer atentado à incolumidade física do indivíduo.
- e) Atentar ao direito de fuga da pessoa presa.

24. Conforme dispõe a Lei nº 10.826/2003, assinale a **CORRETA**:

- a) Os integrantes das Forças Armadas têm o direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela instituição, em todo o território nacional, desde que esteja em serviço, não sendo permitido portar fora de serviço.
- b) O agente que portar arma de fogo de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, fica sujeito à mesma pena do agente que portar arma de fogo de uso permitido com a numeração raspada.
- c) Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, não configura um crime, mas uma causa de aumento de pena.
- d) A Lei nº 10.826/2003 tem previsão como tipo penal incriminador à utilização de simulacro de arma de fogo para prática de crime ou contravenção penal.
- e) Em se tratando de arma de fogo de uso restrito, o crime de porte está previsto em tipo penal diverso do crime de posse.

25. Sobre a Lei n.º 11.343/2006, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Incorre nas mesmas penas de quem trafica drogas o indivíduo que semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas.
- b) É isento de pena o agente que, em razão da dependência de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- c) Para o crime de induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga não é prevista pena privativa de liberdade.
- d) Aquele que adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não poderá ser submetido a pena privativa de liberdade.
- e) Comete crime aquele que oferece droga a pessoa de seu relacionamento, mesmo que em caráter eventual e sem o objetivo de lucro, para juntos a consumirem.

26. Com relação as excludentes de ilicitude previstas no Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848/40, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- b) São excludentes de ilicitude previstas no Código Penal somente a legítima defesa, o estado de necessidade e o estrito cumprimento do dever legal.
- c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- e) O agente responderá pelos atos praticados em legítima defesa quando atuar com excesso, doloso ou culposos.

27. De acordo com os crimes contra o patrimônio do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848/40, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Estelionato, segundo o artigo 171 do Código Penal, configura-se quando o agente obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
  - Considera-se furto a subtração, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
  - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência configura o crime de roubo.
  - Receptação é adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.
  - A descrição do crime de apropriação indébita é apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
28. Acerca dos crimes contra a dignidade sexual previstos no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Considera-se vulnerável sexual a vítima menor de 14 (catorze) anos e a pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.
  - A ação penal nos crimes contra a dignidade sexual somente procede-se mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável.
  - O ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico inerente ao exercício de emprego, caracteriza o crime de estupro de vulnerável.
  - Considera-se estupro o ato de constranger alguém, mediante violência, a prática de ato libidinoso.
  - É crime induzir alguém à prática da prostituição.
30. Baseado no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9503/97) e no Manual Brasileiro de Fiscalização Trânsito, Vol. I, analise a situação hipotética abaixo e assinale a alternativa que compreende a ação **CORRETA** a ser tomada:
- Durante a realização de uma barreira de trânsito, você observa a aproximação um veículo de transporte escolar. Ao abordá-lo você verificou que o aludido não apresentava afixado na parte interna, em local visível, a autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito com circunscrição sobre a via, em que constaria inscrição da lotação permitida, conforme artigo 137 do CTB. Na abordagem o condutor confirmou que não possuía o referido documento, pois durante a vistoria semestral, deixou de apresentar o equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (conhecido como tacógrafo), devidamente homologado, como exigido no inciso IV, do artigo 136 do CTB:
- Autuar pelo Art. 231, VIII do CTB – efetuando transporte remunerado de pessoas ou bens, quando não for licenciado para esse fim.
  - Autuar pelo Art. 230, X do CTB – com equipamento obrigatório em desacordo com o estabelecido pelo CONTRAN.
  - Autuar pelo Art. 230, XIV do CTB – com registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo viciado ou defeituoso, quando houver exigência desse aparelho.
  - Autuar pelo Art. 230, IX do CTB – conduzir veículo sem equipamento obrigatório.
  - Autuar pelo Art. 230, XX do CTB – conduzir veículo sem portar a autorização para a condução de escolares.
31. Considerando o Art. 3º da Resolução CONTRAN nº 432/2013, que estabelece que a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência dar-se-á por meio de, pelo menos, um dos seguintes procedimentos a serem realizados no condutor de veículo automotor. Sobre o tema, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

### **LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO**

29. De acordo com a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.
- O recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual - CRLV, dar-se-á mediante recibo, além dos casos previstos no CTB, quando houver suspeita de inautenticidade ou adulteração.
  - A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta sempre que o infrator atingir a contagem de 21 (vinte e um) pontos, no período de 12 (doze) meses, conforme a pontuação prevista no art. 259 do CTB.
  - O infrator será submetido a curso de reciclagem, na forma estabelecida pelo CONTRAN, quando suspenso do direito de dirigir.
- Todas as afirmações estão corretas.
  - Apenas as afirmações I e III estão corretas.
  - Apenas as afirmações I e II estão corretas.
  - Apenas as afirmações II e III estão corretas.
  - Apenas a afirmação I está correta.
- Exame de sangue.
  - Exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Administrativa, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência.
  - Teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro).
  - Verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor.
- I, III e IV, apenas.
  - II e IV, apenas.
  - I, II, III e IV.
  - II, III e IV, apenas.
  - I, II e III, apenas.

32. De acordo com o artigo 280 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará as seguintes informações, **EXCETO**:

- a) A notificação do infrator para a abertura de prazo recursal.
- b) Tipificação da infração.
- c) Identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente atuador ou equipamento que comprovar a infração.
- d) Local, data e hora do cometimento da infração.
- e) Caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação.

33. Com base na Lei 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e considerando o princípio da especificidade, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Comete infração de trânsito capitulada no Art. 236 - Rebocar outro veículo com cabo flexível ou corda, o condutor flagrado com seu veículo rebocando outro veículo utilizando uma corrente de aço.
  - II. Comete infração de trânsito capitulada no Art. 232 - Conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório, o condutor flagrado efetuando o transporte escolar sem portar a autorização para condução de escolares na forma prevista no Art. 137 do CTB.
  - III. Comete infração de trânsito capitulada no Art. 244, III - Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda, o condutor flagrado deitado no assento da motocicleta.
- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - b) Todas as assertivas estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
  - e) Apenas a assertiva III está correta.

34. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a competência das Polícias Militares dos Estados prevista no art. 23 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro):

- a) Aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar.
- b) Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.
- c) Executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
- d) Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível.
- e) Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.

## **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**

35. De acordo com a Lei Complementar (SC) nº 318/2006, indique a opção **CORRETA**.

- a) O Aluno Soldado que não concluir o curso de formação com aproveitamento intelectual mínimo exigido dentro das normas de ensino, nas respectivas corporações, será reprovado e licenciado ex officio das fileiras da Corporação, sendo reintegrado por ocasião da realização do Curso de Formação de Soldados subsequente.
- b) O Aluno Soldado que não concluir o curso de formação com aproveitamento intelectual mínimo exigido dentro das normas de ensino, nas respectivas corporações, realizará o Curso de Formação de Soldados subsequente.
- c) O Aluno Soldado que não concluir o curso de formação com aproveitamento intelectual mínimo exigido dentro das normas de ensino, nas respectivas corporações, será reprovado, sendo instaurado Processo Administrativo Disciplinar Demissionário (PADD) para análise da conveniência de sua permanência nas fileiras da Corporação.
- d) O Aluno Soldado que não concluir o curso de formação com aproveitamento intelectual mínimo exigido dentro das normas de ensino, nas respectivas corporações, será reprovado e licenciado ex officio das fileiras da Corporação.
- e) O Aluno-Soldado que não concluir o curso de formação com aproveitamento intelectual mínimo exigido dentro das normas de ensino, nas respectivas corporações, será reprovado apenas naquelas disciplinas que não tenha alcançado a nota mínima, inclusive na prova de segunda época, permanecendo na condição de NQ e aguardando escola.

36. De acordo com o RDPMSC, decreto (SC) nº 12.112/1980, em relação ao julgamento das transgressões, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não é causa de justificação ter sido a transgressão cometida em obediência à ordem superior.
- b) São exemplos circunstâncias atenuantes o bom comportamento, a relevância de serviços prestados e a falta de prática do serviço.
- c) No julgamento das transgressões podem ser levantadas causas que justifiquem a falta ou circunstâncias que a atenuem e/ou a agravem.
- d) O julgamento das transgressões deve ser precedido de um exame e de uma análise que considerem os antecedentes do transgressor, as causas que a determinaram, a natureza dos fatos ou os atos que a envolveram e as consequências que dela possam advir.
- e) A prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões, mau comportamento e conluio de duas ou mais pessoas são exemplos de circunstâncias agravantes.

37. Conforme a Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, é **INCORRETO** afirmar:
- a) O Subtenente, integrante do Quadro de Servidores Militares do Estado, após completar 6 (seis) anos de permanência na graduação e contar, no mínimo, com 30 (trinta) anos de serviço, será transferido para a inatividade ex officio, a contar da primeira data vencível de promoções de Praças, garantidos todos os direitos e vantagens previstos em lei.
  - b) Nos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento, iniciados a partir de 2017, somente os policiais que possuírem formação em curso universitário superior em graduação em qualquer área de conhecimento, desde que reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC ou por órgão com delegação, poderão frequentar respectivo curso.
  - c) As praças militares estaduais da ativa poderão prestar concurso público para ingresso no Curso de Formação de Oficiais das corporações militares estaduais independentemente de idade, devendo permanecer na condição de oficial pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
  - d) Para a realização dos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento, sempre que o número de vagas oferecidas não se completar em primeira chamada, far-se-ão chamadas sucessivas para o preenchimento das vagas remanescentes, com base nos mesmos critérios adotados para efetuar a primeira, buscando o aproveitamento total das vagas oferecidas.
  - e) O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento reprovado pela segunda vez pelo critério de aferição intelectual exigido pelas normas de ensino, nas respectivas corporações, somente terá direito a concorrer à matrícula após decorridos três anos de encerramento do último curso que o reprovou, retornando à sua condição anterior.
38. Conforme o RDPMSC, Decreto nº 12.112 de 1980, é **CORRETO** afirmar:
- a) Estão sujeitos ao RDPMSC apenas os policiais militares da ativa.
  - b) As punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais militares são as seguintes: (i) advertência; (ii) repreensão; (iii) detenção; (iv) prisão e (v) suspensão.
  - c) As transgressões disciplinares serão classificadas em: (i) leve; (ii) média; (iii) grave e (iv) gravíssima.
  - d) Os recursos disciplinares previstos no RDPMSC são: (i) pedido de reconsideração de ato; (ii) apelação e (iii) queixa.
  - e) As modificações de aplicação de punição, realizada pela autoridade que a aplicou ou por outra superior e competente, previstas no RDPMSC são: (i) anulação; (ii) relevação; (iii) atenuação e (iv) agravação.
39. Conforme o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, Lei nº 6.218 de 1983, a Hierarquia e Disciplina são a base institucional da Polícia Militar, nesse sentido é **CORRETO** afirmar que:
- a) Disciplina é a rigorosa inobservância e o acatamento parcial das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.
  - b) A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; e dentro de um mesmo posto ou graduação; se faz pela antiguidade. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.
  - c) Os cargos policiais-militares são providos com pessoal que satisfaça aos requisitos de grau intelectual de qualificação exigidos para o seu desempenho, independente de posto ou graduação.
  - d) Graduação é o grau hierárquico do Oficial, conferido pelo ato do Governador do Estado e confirmado em Carta Patente, enquanto Posto é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.
  - e) Em igualdade de posto ou graduação, os policiais-militares da inatividade têm precedência sobre os da ativa.
40. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, Lei nº 6.218 de 1983, policiais militares na inatividade podem se encontrar em duas situações, são elas: (i) Na reserva remunerada, quando pertencentes à reserva da Corporação e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação, e (ii) Reformado, quando estão dispensados definitivamente da prestação de serviço na ativa, mas continuam a perceber remuneração do Estado. Sobre o tema é **CORRETO** afirmar:
- a) Os policiais-militares da reserva remunerada que atingirem a idade limite de permanência nessa situação, serão reformados imediatamente quando realizarem requerimento cabível.
  - b) As praças Militares Estaduais que contem com 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, ao ingressarem na inatividade, perceberão proventos correspondentes ao subsídio da sua graduação.
  - c) Os proventos de inatividade serão revistos sempre que se modificarem os vencimentos dos policiais-militares em serviço ativo e na mesma promoção.
  - d) A transferência ex officio para a reserva remunerada verificar-se-á sempre que o policial-militar ultrapassar 2 (dois) anos contínuos em licença para tratamento de interesse particular.
  - e) A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida ao militar estadual que contar, no mínimo: I – 30 (trinta) anos de serviço, se homem, desde que 20 (vinte) anos sejam de efetivo serviço na carreira policial militar; ou II – 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher, desde que 15 (quinze) anos sejam de efetivo serviço na carreira policial militar.

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR**

41. Conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.002/69 (Código de Processo Penal Militar) assinale a alternativa **CORRETA** sobre a prisão em flagrante:

- Nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito até mesmo quando cessar a permanência.
- Qualquer pessoa deverá e os militares poderão prender quem for insumisso ou desertor, ou seja encontrado em flagrante delito.
- Considera-se em flagrante delito apenas aquele que está cometendo o crime ou acaba de cometê-lo.
- Dentro em quarenta e oito horas após a prisão, será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.
- Sendo o auto presidido por autoridade militar, designará esta, para exercer as funções de escrivão, um capitão, capitão-tenente, primeiro ou segundo-tenente, se o indiciado for oficial. Nos demais casos, poderá designar um subtenente, suboficial ou sargento.

42. De acordo com as penas principais do artigo 55 do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- Reforma.
- Morte.
- Detenção.
- Impedimento.
- Repreensão.

43. Conforme a Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006 que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, assinale a alternativa **CORRETA**:

- Compete ao Juiz de Direito processar e julgar, no Conselho de Justiça, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra ato de autoridade militar que tenha origem em transgressão disciplinar.
- Na sessão de julgamento é indispensável a presença de todos os integrantes do respectivo Conselho de Justiça.
- Em segundo grau de jurisdição, a Justiça Militar do Estado será exercida pelo Tribunal de Justiça Militar.
- Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares estaduais e os civis nos crimes definidos por lei e as ações judiciais contra ato de autoridade militar que tenha origem em transgressão disciplinar.
- A Justiça Militar do Estado será exercida em primeiro grau, com jurisdição em todo o Estado e sede na Capital, por Auditor Militar e pelos Conselhos de justiça.

44. De acordo com previsto na Resolução TJ nº. 29 de 20 de novembro de 2017, assinale a alternativa **CORRETA**, quanto à denominação em primeiro grau da Justiça Militar de Santa Catarina:

- Vara de Direito Militar da Comarca da Capital.
- Auditoria da Justiça Militar da Comarca da Capital.
- Vara da Justiça Militar da Comarca da Capital.
- 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital.
- Vara de Direito Militar e Processual Militar da Comarca da Capital.

45. Quanto às definições dos crimes abaixo relacionados, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa **CORRETA**:

- CORRUPÇÃO ATIVA**: Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- FALSIDADE IDEOLÓGICA**: Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- CONCUSSÃO**: Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME**: Dar causa à instauração de inquérito policial ou processo judicial militar contra alguém, imputando-lhe crime sujeito à jurisdição militar, de que o sabe inocente.
- PREVARICAÇÃO**: Deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

**PORTUGUÊS**

46. Sobre o uso dos “porquês”, com base no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, assinale a alternativa em que o termo sublinhado está grafado **INCORRETAMENTE**.

- Esperamos a presença de todos os membros da comissão, porque a sindicância precisa ser concluída hoje.
- O porque de não ter comparecido à reunião já foi explicado.
- O cancelamento do contrato teve os seus porquês.
- Eram tantos os porquês, que começamos a duvidar.
- As pessoas reclamam porque são mal atendidas.

47. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual, 2013, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa que apresenta o **CORRETO** emprego da vírgula:

- Eles estiveram em Salvador, capital da Bahia.
  - O motorista que estava doente, faltou ao trabalho.
  - Os policiais promovidos, receberam as insígnias na formatura realizada ontem no batalhão.
  - A Diretoria de Pessoal é responsável pelo ingresso; a Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, pela aplicação dos recursos financeiros.
  - A multidão foi aos poucos, deslocando para o estacionamento.
- Somente as proposições I, III e V estão corretas.
  - Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - Somente as proposições I e III estão corretas.
  - Somente as proposições II e V estão corretas.
  - Somente as proposições II e IV estão corretas.

48. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual, 2013, considerando as qualidades que devem ser observadas e os defeitos que devem ser evitados na redação oficial, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas:

- I. ( \_\_\_\_\_ ): consiste na expressão exata de um pensamento, colocando adequadamente as palavras, visando a facilitar a compreensão da mensagem; em usar a linguagem técnica apenas nas situações específicas.
  - II. ( \_\_\_\_\_ ): ocorre quando a frase apresenta dupla interpretação, ou seja, duplo sentido, em consequência da má colocação das palavras, ou má pontuação e estruturação da frase.
  - III. ( \_\_\_\_\_ ): resulta da utilização harmoniosa das palavras em relação ao sentido e do encadeamento das ideias dentro do texto, de modo que a mensagem se organize de forma sequenciada, tendo um início, um meio e um fim.
  - IV. ( \_\_\_\_\_ ): consiste na repetição desnecessária de um termo ou de uma ideia.
  - V. ( \_\_\_\_\_ ): consiste em apresentar uma ideia em poucas palavras, sem, contudo, comprometer-lhe a clareza.
- a) concisão, ambiguidade, objetividade, pleonismo, coerência.
  - b) objetividade, ambiguidade, coerência, pleonismo, concisão.
  - c) coerência, pleonismo, objetividade, ambiguidade, concisão.
  - d) objetividade, pleonismo, concisão, ambiguidade, coerência.
  - e) concisão, ambiguidade, coerência, pleonismo, objetividade.

49. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual, 2013, assinale a opção **CORRETA** com relação ao termo em destaque:

- a) Os manifestantes só queriam ter suas reivindicações atendidas. (adjetivo)
- b) Bastantes policiais compareceram à convocação. (advérbio)
- c) As crianças ficaram sós. (adjetivo)
- d) Ele anda meio preocupado. (adjetivo)
- e) O vendedor chegou bastante cedo. (adjetivo)

50. De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual, 2013, em relação ao uso do sinal indicativo de crase, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. O policial está trabalhando desde as nove horas.
  - II. Fomos até à loja.
  - III. Maria estava à sua disposição.
  - IV. Enviei o recibo à essa funcionária.
  - V. O cliente e o assaltante ficaram cara a cara.
- a) Apenas II e V apresentam uso correto da crase.
  - b) III e IV estão incorretas quanto ao uso da crase.
  - c) I, II, III e V apresentam uso correto da crase.
  - d) I e IV estão incorretas quanto ao uso da crase.
  - e) Apenas II apresenta uso correto da crase.